



Relatório de Atividades no Combate à Pirataria

11/2024–11/2025

Gabinete do Conselheiro
Alexandre Freire





Relatório de Atividades no Combate à Pirataria

11/2024–11/2025

Gabinete do Conselheiro
Alexandre Freire



nov./2024-nov./2025



Conselheiro Diretor

Alexandre Reis Siqueira Freire

Chefe de Gabinete

Marina Villela Soares

Superintendente de Fiscalização

Gesiléa Fonseca Teles

Coordenação do PACP

Paulo Aurélio Pereira da Silva

Eduardo Lustosa Rege

Ana Paula Mendonça Abrão



Sumário Executivo

Apresentação	8
1. Introdução	9
2. Resultados das ações de fiscalização.....	12
2.1. Total de produtos retirados do mercado	12
2.2. Resultados das ações no e-commerce com o Regulatron	14
3. Linha do tempo das principais ações	16
3.1. Operação Shanzai (Vitória/ES) – novembro/2024	16
3.2 Operação Black Friday – novembro/2024	17
3.3 Descarte Sustentável de Equipamentos - março/2025	17
3.4 Operação em Santa Catarina – abril/2025	18
3.5 Operação em Roraima – maio/2025	18
3.6 Operação em Camaçari/BA – maio/2025	18
3.7 Fiscalização em Marketplaces Digitais – maio/2025.....	18
3.8 Operação no Espírito Santo – junho/2025	19
3.9 Operação Impressoras 3D– junho/2025	19
3.10 Operação Portos Catarinenses – julho/2025.....	20
3.11 Operação no Piauí – setembro/2025	20
3.12 Operação Interestadual – BA, SP, SC e PB – setembro/2025.....	20
3.13 Operação Poty – outubro/2025.....	21
4. Operações a serem executadas em 2025.....	21
5. Plano de Ação para Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)	22
5.1 Vulnerabilidades e riscos identificados em 2021 e 2022	22



5.2 Estruturação do Plano de Ação	23
5.3 Laboratório Antipirataria.....	23
5.4 Ameaça cibernética BadBox 2.0.....	24
5.5 Acordos de Cooperação com a Ancine e com o Ministério da Fazenda	25
5.6 Resultados Obtidos.....	26
6. Desafios a serem enfrentados em 2026	27



Apresentação



Alexandre Freire é Pós-doutor e *Visiting Scholar at the Goethe Universität Frankfurt am Main's Faculty of Law. Visiting Scholar at the Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory. Executive Certificate in Public Policy from Harvard Kennedy School University.* Doutor em Direito pela PUC-SP e Mestre em Direito pela UFPR.

É Conselheiro Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cargo no qual tomou posse na Agência Nacional de Telecomunicações em 7 de dezembro de 2022, e tem mandato até 4 de novembro de 2027.

Na Anatel, ocupa a posição de presidente do Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead) e do Comitê de Infraestrutura de Telecomunicações (C-INT). Lidera os temas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) e de combate à pirataria na Agência.

É membro titular da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), colegiado de natureza consultiva que funciona no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, e indicado como membro titular para compor o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), como representante da Anatel.



1. Introdução

Este Relatório de Atividades no Combate à Pirataria, referente ao período de **novembro de 2024 a novembro de 2025**, apresenta as principais ações, resultados e avanços obtidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no enfrentamento à comercialização e ao uso de equipamentos de telecomunicações não homologados (piratas).

A certificação e homologação de equipamentos são etapas fundamentais para assegurar que os produtos utilizados nas redes de telecomunicações atendam aos padrões de segurança, qualidade e interoperabilidade definidos pela legislação e regulamentação em vigor. Esses procedimentos também têm por finalidade proteger o consumidor e garantir a integridade das redes, prevenindo falhas, interferências e riscos à privacidade e à segurança dos dados.

A Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997) estabelece que apenas equipamentos com conformidade técnica comprovada podem ser fabricados, comercializados e utilizados no país. Essa conformidade é atestada por meio da homologação emitida pela Anatel, processo que reconhece oficialmente a certificação de produtos como celulares, transceptores, satélites, estações radiobase, cabos de fibra óptica, fones *bluetooth*, impressoras, microfones, televisões *smart* e diversos outros dispositivos que se conectam às redes de telecomunicações.

O uso e a venda de produtos sem homologação comprometem a estabilidade e o desempenho das redes, além de representar risco direto ao consumidor, podendo ocasionar interferências em serviços essenciais e prejuízos econômicos significativos. Por essa



razão, a atuação da Anatel é pautada em prevenção, fiscalização e repressão à pirataria, com foco na proteção do interesse público.

Desde 2018, o Plano de Ação de Combate à Pirataria (PACP) vem sendo aprimorado como instrumento estratégico de fiscalização. O PACP tem como objetivo fortalecer a atuação da Anatel contra a comercialização e o uso de produtos não homologados, tanto no comércio físico quanto nas plataformas digitais. Ao longo dos anos, o plano resultou em um aumento expressivo de apreensões e na retirada de milhares de equipamentos irregulares do mercado brasileiro, consolidando-se como referência em ações de regulação e conformidade técnica.

No período de novembro de 2024 a novembro de 2025, a Agência deu continuidade a esse trabalho, com ênfase no estreitamento institucional com a Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (DIREP) da Receita Federal do Brasil. Essa parceria tem se mostrado essencial para otimizar as operações conjuntas, permitindo uma atuação mais coordenada e eficiente na identificação e apreensão de produtos ilegais.

Além das ações presenciais de fiscalização, a Anatel tem investido fortemente em soluções tecnológicas que permitam ampliar o alcance e a precisão das inspeções no mundo virtual. Nesse contexto, destaca-se o Regulatron, ferramenta desenvolvida pela Superintendência de Fiscalização para monitorar, de forma automatizada, anúncios de produtos em *marketplaces* e plataformas de *e-commerce*.

O Regulatron realiza a raspagem contínua de dados, o agrupamento de anúncios semelhantes, a comparação automática com a base de produtos homologados, e o envio de relatórios aos fiscais. O sistema utiliza algoritmos de inteligência artificial e



machine learning, o que o torna capaz de identificar, com alta acurácia, produtos sujeitos à homologação e potenciais infrações.

Essa automação permitiu reduzir o tempo de análise e aumentar significativamente o volume de fiscalizações, consolidando o Regulatron como um dos principais instrumentos de apoio à gestão da conformidade técnica de equipamentos de telecomunicações no país.

Ao longo deste relatório, são apresentadas as ações de fiscalização realizadas, o volume de apreensões e as parcerias institucionais firmadas no período. Também são destacadas as iniciativas de inovação tecnológica, as melhorias processuais e os resultados alcançados no combate à pirataria de produtos para telecomunicações.

Por fim, o documento traz reflexões sobre os desafios e oportunidades para o setor, com ênfase na importância da cooperação entre os órgãos públicos, da modernização das ferramentas de fiscalização e da adoção contínua de soluções tecnológicas que mantenham o país preparado para as transformações que o mercado de telecomunicações exigirá nos próximos anos.

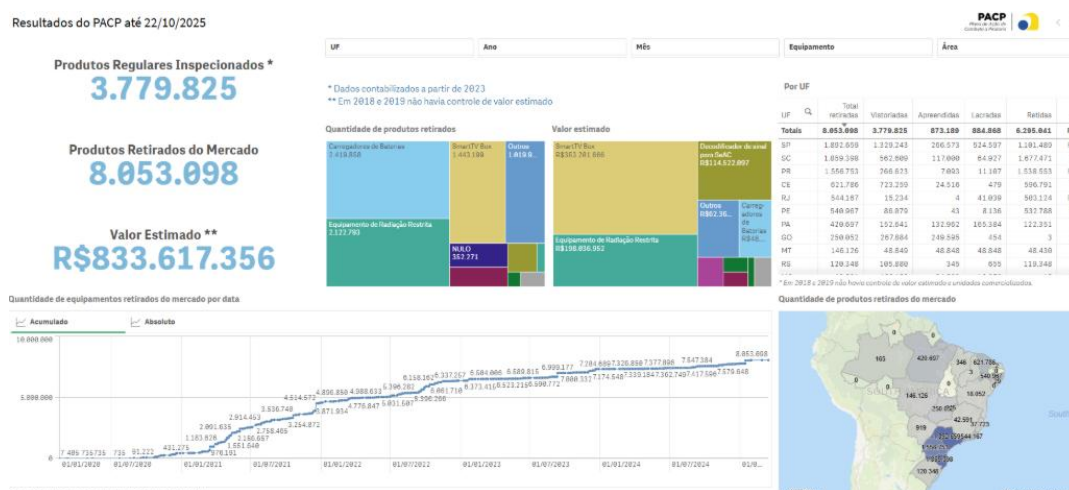
2. Resultados das ações de fiscalização

2.1. Total de produtos retirados do mercado

Desde o início do Plano de Ação de Combate à Pirataria (PACP), em 2018, até 23 de outubro de 2025, a Anatel já inspecionou 11.832.923 (onze milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e três) produtos para telecomunicações. Desse total, apenas 3.779.825 (três milhões, setecentos e setenta e nove mil e oitocentos e vinte e cinco) estavam devidamente homologados, de modo que foram retirados do mercado 8.053.098 (oito milhões, cinquenta e três mil e noventa e oito) equipamentos piratas, com valor estimado em R\$ 833.617.356,00 (oitocentos e trinta e três milhões, seiscentos e dezessete mil e trezentos e cinquenta e seis reais).

Esses dados são públicos e podem ser consultados em um painel de monitoramento (dashboard) disponível no endereço <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/fiscalizacao>:

Figura 1 – Resultados desde 2018



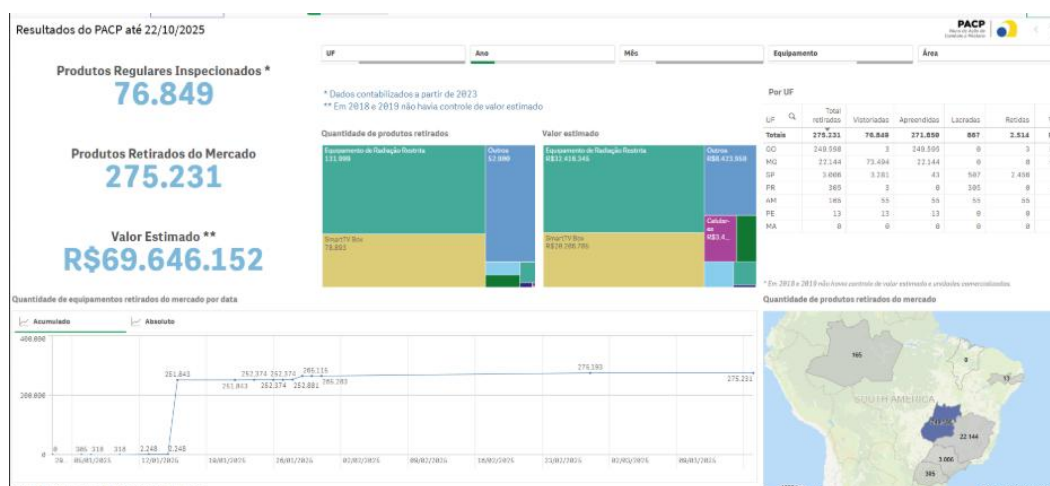
Fonte: Sistema interno da Anatel



Os principais tipos de produtos não homologados identificados pela fiscalização ao longo desses 7 anos foram carregadores de baterias, equipamentos de radiação restrita e *Smart TV Boxes*, que historicamente concentram a maior parte das apreensões.

No exercício de **2025**, período abrangido por este relatório, observou-se que os dois tipos de produtos mais retidos continuaram sendo equipamentos de radiação restrita e *Smart TV Boxes*, totalizando um valor estimado em R\$ 70 milhões:

Figura 2 – Resultados de 2025



Fonte: Sistema interno da Anatel

Em 2025, entrou em funcionamento o sistema **e-Fiscaliza**, ferramenta digital utilizada pelos fiscais da Anatel para o registro das atividades e elaboração dos relatórios de fiscalização. A tabela de inclusão das informações de produtos fiscalizados foi disponibilizada no início do segundo semestre, motivo pelo qual algumas ações concluídas ainda não constam integralmente no painel consolidado da Agência. A integração completa dos dados ocorrerá gradualmente.

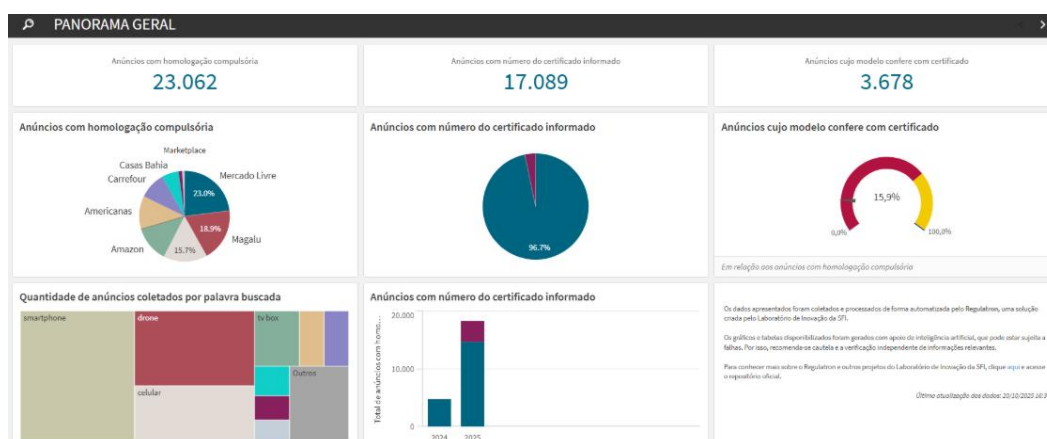


2.2. Resultados das ações no e-commerce com o Regulatron

Recentemente, a Anatel estruturou um *dashboard* específico para acompanhar as ações de fiscalização no comércio eletrônico, com base nos dados obtidos pela ferramenta Regulatron.

Desde 2024, 23.062 anúncios de produtos para telecomunicações foram inspecionados. Desse total, 17.089 continham código de homologação, mas apenas 3.678 deles apresentavam código válido, devidamente correspondente à base oficial da Anatel:

Figura 3 – Resultados no e-commerce



Fonte: Sistema interno da Anatel

Esses números reforçam a importância da medida cautelar da Anatel que determina às principais plataformas de *marketplace* a inclusão e validação obrigatória do código de homologação nos anúncios de aparelhos celulares e *smartphones*.

O Regulatron, ferramenta desenvolvida pelo Laboratório de Inovação e Tecnologias Emergentes da Superintendência de Fiscalização (SFI), vem passando por constantes aprimoramentos. Até recentemente, ele monitorava as plataformas Mercado Livre, Amazon, Shopee, Carrefour, Casas Bahia, Americanas e Magalu, mas a nova versão, lançada em **2025**, ampliou o escopo de atuação e passou a abranger também Aliexpress e



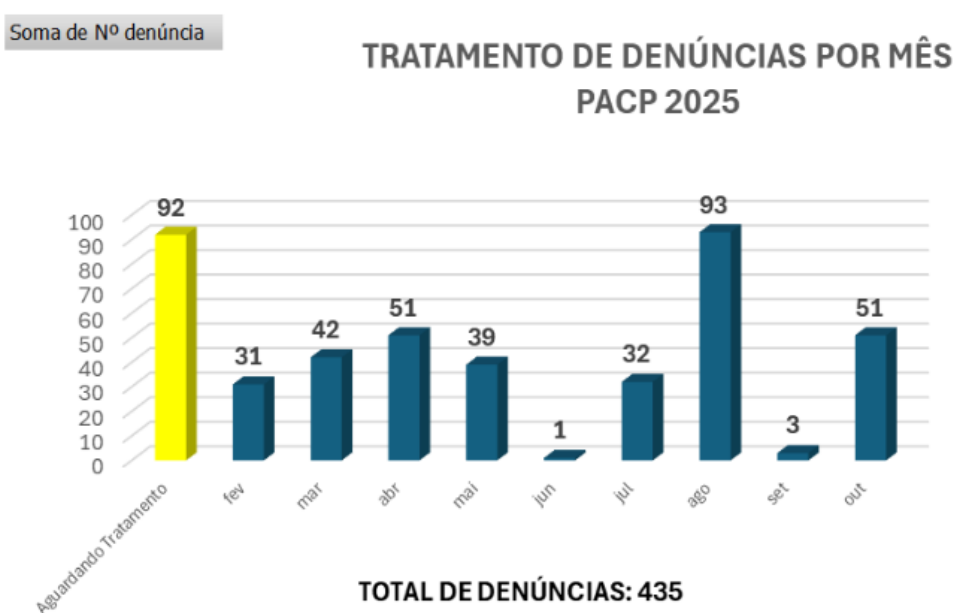
Temu, fortalecendo a capacidade da Agência em fiscalizar o comércio digital de forma automatizada.

2.3. Tratamento das denúncias e abertura de ações de fiscalização

As denúncias recebidas por meio do sistema Anatel Consumidor constituem uma das origens das ações de fiscalização. Entidades representativas do setor, como a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), o Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo (Sindcel) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), também contribuem de forma significativa, apresentando relatórios e dossiês que indicam a comercialização de produtos não homologados.

Em 2025, a Anatel recebeu 435 denúncias relacionadas à comercialização ou uso de equipamentos irregulares. Desse total, 92 denúncias ainda se encontram em fase de avaliação para possível transformação em demandas formais de fiscalização.

Figura 4 – Tratamento de denúncias



Fonte: Sistema Anatel Consumidor



A ação foi resultado do trabalho de inteligência que identificou empresas de fachada, notas fiscais fraudulentas e desmontagem de produtos como estratégias para burlar a fiscalização federal.

Foram apreendidos 554 volumes transportados em três caminhões, contendo aproximadamente 200 TV Boxes, 50 dispositivos Echo (Alexa), 2.500 baterias de celular, 200 celulares e centenas de milhares de carregadores, fones *Bluetooth* e *powerbanks*. O valor estimado dos produtos apreendidos foi de R\$ 2 milhões.

3.2 Operação Black Friday – novembro/2024

Entre 26 e 29 de novembro de 2024, a Anatel/São Paulo e Anatel/Minas Gerais, com apoio de fiscais de outras unidades descentralizadas e da DIREP, deflagraram a *Operação Black Friday*, com foco nos centros de distribuição da Amazon e do Mercado Livre em Cajamar/SP e Betim/MG.

O Regulatron foi utilizado para rastrear anúncios irregulares em marketplaces, consolidando seu uso como ferramenta estratégica de fiscalização digital.

A operação contou com a participação de 48 fiscais da Anatel e 20 servidores da DIREP e, ao final, foram apreendidos 22 mil produtos, avaliados em R\$ 3 milhões.

3.3 Descarte Sustentável de Equipamentos - março/2025

Em março de 2025, a Anatel/Santa Catarina supervisionou a destruição de 2.096 modems irregulares, reforçando o alinhamento do PACP à Agenda 2030 da ONU, em especial com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12, voltado para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



3.4 Operação em Santa Catarina – abril/2025

Nos dias 28 e 29 de abril de 2025, a Anatel/Santa Catarina realizou ações de fiscalização nos Municípios de Itajaí e Rio do Sul (SC).

Foram lacrados 4.324 cabos de rede e fibra óptica, avaliados em R\$ 185,900 (cento e oitenta e cinco mil e novecentos reais), além de 36 produtos eletrônicos irregulares, pertencentes a um lote avaliado em R\$ 5,19 milhões.

3.5 Operação em Roraima – maio/2025

Em 13 de maio de 2025, a Anatel/Roraima realizou uma importante ação de fiscalização em Boa Vista (RR), identificando uma empresa vencedora de licitações do Governo Federal e do Estado que fornecia rádios transceptores HF/SSB não homologados, contrariando exigências editalícias.

Foram apreendidos 21 rádios transceptores, com valor total de R\$ 156.219,00 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e dezenove reais).

3.6 Operação em Camaçari/BA – maio/2025

Em 22 de maio de 2025, a Anatel/Bahia, com apoio de fiscais da Anatel/Sergipe, deflagrou a maior operação do ano em uma fábrica de caixas de som e fones *Bluetooth* em Camaçari/BA.

Foram lacrados 56 mil produtos, constatando-se código de homologação falsos e etiquetas adulteradas. A empresa fiscalizada cooperou com a operação e iniciou o processo de regularização após a ação.

3.7 Fiscalização em Marketplaces Digitais – maio/2025

Nos dias 26 e 27 de maio de 2025, a Anatel realizou fiscalizações simultâneas em centros logísticos da Amazon, Mercado Livre e Shopee nos



Estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Goiás.

Foram identificados 3.296 produtos não homologados, e as multas aplicadas somaram mais de R\$ 7 milhões, sendo R\$ 6,78 milhões ao Mercado Livre.

A ação marcou o uso ampliado da inteligência artificial do Regulatron e consolidou a fiscalização digital automatizada da Agência.

3.8 Operação no Espírito Santo – junho/2025

Em 17 de junho de 2025, a Anatel/Espírito Santo realizou operação de grande porte em parceria com o Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo (IPEM) — órgão delegado do Inmetro — e com a Delegacia do Consumidor (DECON) da Polícia Civil em Vitória/ES.

O alvo foi uma loja atacadista especializada em produtos importados da China. Foram apreendidos 2.386 produtos irregulares, entre TV Boxes, baterias, celulares, carregadores, rádios transceptores, drones e câmeras sem fio, avaliados em cerca de R\$ 110 mil (cento e dez mil reais).

As principais irregularidades encontradas foram falsificação de selos de segurança da Anatel e ausência de homologação obrigatória.

3.9 Operação Impressoras 3D– junho/2025

Em 23 de junho de 2025, a Anatel realizou a primeira operação nacional voltada a impressoras 3D com módulos Wi-Fi. Os produtos apreendidos em Itajaí/SC foram avaliados em R\$ 1,6 milhão (um milhão e seiscentos mil reais).

A ação ampliou o escopo técnico do PACP, abrangendo novas tecnologias conectadas.



3.10 Operação Portos Catarinenses – julho/2025

Nos dias 10 e 11 de julho de 2025, a Anatel/Santa Catarina, em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), realizou inspeções nos portos de Navegantes e Itapoá.

As equipes identificaram câmeras de segurança sem fio e aspiradores de pó irregulares. Em Itapoá, as análises utilizaram um analisador de espectro, constatando que todos os brinquedos vistoriados operavam fora das faixas de frequência homologadas.

A ação reforçou a cooperação estratégica entre Anatel e Receita Federal no combate à entrada de produtos ilegais.

3.11 Operação no Piauí – setembro/2025

Em 1º de setembro de 2025, a Anatel/Piauí realizou operação conjunta com DIREP, Inmetro e Polícia Militar na cidade de Parnaíba/PI.

Foram apreendidos aparelhos celulares, videogames e produtos de radiação restrita sem homologação. Os itens recolhidos foram acondicionados em 520 sacos, que ainda aguardam contagem final pela DIREP.

3.12 Operação Interestadual – BA, SP, SC e PB – setembro/2025

Entre 23 e 26 de setembro de 2025, a Anatel executou ações simultâneas em quatro Estados: Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Paraíba.

Na Bahia, foram lacrados 45 mil produtos irregulares. Em São Paulo, o foco esteve nos cabos de infraestrutura, onde os fiscais encontraram cerca de 1,7 milhão de metros de cabos de fibra óptica irregulares. Já em Santa Catarina, o valor das apreensões chamou a atenção: foram identificadas 10 mil fechaduras eletrônicas sem homologação, avaliadas em R\$ 5,7 milhões. Por fim, a atuação na Paraíba, 2.500 produtos não homologados foram retirados de circulação.



3.13 Operação Poty – outubro/2025

Em 23 de outubro de 2025, a Anatel/Piauí, em parceria com a DIREP o Instituto de Metrologia do Piauí (Imepi) e a Polícia Militar, deflagrou a Operação Poty em Teresina/PI

Foram fiscalizados 8 estabelecimentos comerciais, sendo 5 lojas de produtos eletrônicos.

Os fiscais encontraram carregadores de celular, microfones, fones de ouvido, TV Boxes, câmeras sem fio e roteadores, muitos sem certificação ou documentação regular.

A operação resultou na apreensão de 288 sacos de mercadorias irregulares, avaliadas em aproximadamente R\$ 2,5 milhões.

4. Operações a serem executadas em 2025

No início do mês de novembro de 2025, está planejada uma importante ação de fiscalização em conjunto com a DIREP em um Centro de Distribuição de empresa de *marketplace*, localizado em Gravataí/RS.

Para a Semana da Black Friday, estão previstas ações de fiscalização em Centros de Distribuição de empresas de *marketplaces* nas localidades de Curitiba/PR, Franco da Rocha/SP e no Distrito Federal.

Na primeira semana de dezembro de 2025, estão programadas ações de fiscalização em Recife/PE, abrangendo tanto Centro de Distribuição de *marketplaces* quanto uma grande operação em cinco estabelecimentos atacadistas e varejistas, em parceria com a DIREP.

Há ainda a possibilidade de novas ações conjuntas com a DIREP até o final do ano, nas cidades de Rio Branco/AC e Campina Grande/PB.



5. Plano de Ação para Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

A crescente disseminação de decodificadores clandestinos de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) - dispositivos utilizados para acessar ilegalmente sinais de TV por assinatura, conteúdos de *streaming* e outros serviços protegidos — representa um dos principais desafios à integridade do setor de telecomunicações no Brasil.

5.1 Vulnerabilidades e riscos identificados em 2021 e 2022

Preocupada com os riscos cibernéticos associados às TV Boxes piratas, a Anatel conduziu estudos em parceria com técnicos da Agência Nacional de Cinema (Ancine) e da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) entre 2021 e 2022. Naquela oportunidade, foi possível identificar a existência de *botnets* que eram capazes de assumir o controle desses equipamentos e realizar ataques de negação de serviço distribuído (Distributed Denial of Service - DDoS).

As *botnets* são redes formadas por milhares de dispositivos infectados e controlados de forma oculta por agentes cibernéticos, que os utilizam para executar comandos maliciosos em larga escala, sem o conhecimento dos usuários.

Em ataques DDoS, esses dispositivos passam a enviar simultaneamente um grande volume de requisições a servidores e sistemas de internet, sobrecarregando-os até torná-los inoperantes.

Também foram detectadas falhas de segurança no processo de atualização dos aplicativos por meio de lojas virtuais próprias, permitindo que informações trafegadas fossem interceptadas e modificadas por agentes mal-intencionados.



Essas vulnerabilidades, somadas à possibilidade de acesso irrestrito ao sistema operacional com privilégios de administrador (conhecido como “root”), permitem o controle total do dispositivo, expondo computadores, televisores, roteadores, celulares e outros equipamentos conectados à mesma rede.

Com isso, dados sensíveis dos usuários - como senhas, registros financeiros e arquivos pessoais - tornam-se vulneráveis a roubo e manipulação.

5.2 Estruturação do Plano de Ação

Diante desse cenário, a Anatel lançou, em fevereiro de 2023, uma iniciativa estratégica de alcance nacional para o enfrentamento sistemático do uso e da comercialização de TV Boxes piratas, ampliando significativamente o escopo e a efetividade das ações iniciadas em anos anteriores: o Plano de Ação para Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

Com uma abordagem integrada, o Plano reúne ações normativas, operacionais, preventivas e repressivas, com o objetivo de proteger a infraestrutura crítica de telecomunicações, a segurança digital dos consumidores e o equilíbrio econômico do setor regulado. O documento prevê a realização de procedimentos de bloqueio ou redirecionamento de tráfego de conteúdo e de chaves de criptografia do SeAC, nesses aparelhos.

5.3 Laboratório Antipirataria

No intuito de fortalecer as ações de combate à comercialização e uso de TV Boxes piratas, em agosto de 2023 a Anatel celebrou o Acordo de Cooperação nº 02 com a ABTA, como o objetivo de estruturar laboratório para a realização e acompanhamento de análises técnicas sobre



equipamentos e meios ilegais de oferta de conteúdo audiovisual, promovendo o intercâmbio de informações entre as instituições.

O Laboratório Antipirataria foi inaugurado em 1º de setembro de 2023 e dispõe de recursos tecnológicos avançados, incluindo 12 telas de monitoramento e seis postos de trabalho presenciais, além de acesso remoto. A sua estrutura permite o acompanhamento em tempo real de análises técnicas e ações de bloqueio, em conformidade com o Plano de Ação para Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos do SeAC.

Nos últimos anos, os resultados dos bloqueios administrativos foram expressivos:

- 2023: realização de 55 operações de bloqueio, com 2.965 endereços IPs e 1.070 URLs monitorados;
- 2024: 107 operações, com 8.453 IPs e 615 URLs bloqueados;
- 2025 (até 24 de outubro): 91 operações, com 24.015 IPs e 7.308 URLs monitorados, diretamente ligados às atividades ilegais.

Atualmente, o sistema monitora dezenas de modelos de aparelhos e amplia continuamente sua base de dados e alcance operacional.

5.4 Ameaça cibernética BadBox 2.0

No final do primeiro semestre de 2015, a equipe técnica da Superintendência de Fiscalização iniciou novo estudo técnico sobre os riscos de segurança cibernética associados às TV Boxes não homologadas, em especial aquelas infectadas com o *malware* BadBox 2.0.

As investigações constataram que os dispositivos piratas podem ser usados como pontos de retransmissão de tráfego para finalidades ilícitas, como manipulação de dados pessoais, fraudes na internet e acesso a sites sensíveis, como bancos e tribunais.



Essa ameaça cibernética, reconhecida mundialmente pelo FBI dos estados Unidos e por centros de segurança cibernética da Irlanda e Portugal, foi objeto de uma coletiva de imprensa, realizada pela Anatel em 11 de agosto de 2025.

Na oportunidade, a Agência alertou a população sobre a disseminação do *malware* BadBox 2.0, que já havia infectado mais de 1,8 milhão de TV boxes piratas no Brasil, e aconselhou o público a usar somente dispositivos homologados; a evitar fontes não confiáveis para baixar softwares ou firmware; a manter sistemas operacionais e softwares atualizados; e a desligar dispositivos suspeitos que apresentem sinais de comprometimento.

A ação, liderada pelo Conselheiro Alexandre Freire, reforçou o papel da Agência na proteção da segurança cibernética dos consumidores e na prevenção de ataques digitais em larga escala.

5.5 Acordos de Cooperação com a Ancine e com o Ministério da Fazenda

Para além de atuar nos bloqueios de endereços IP e URLs que viabilizam o funcionamento de TV Boxes piratas, a Anatel tem cooperado com outras entidades públicas que têm competência legal para expedir decisões de bloqueio relativas a outros temas.

Em 9 de dezembro de 2024, a Agência firmou, Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda – SPA, Ministério da Fazenda, com a finalidade de otimizar o bloqueio de sites que exploram apostas de quota fixa de forma ilegal. Durante o ano de 2024, foram bloqueados 8560 sites. Essas ações se intensificaram em 2025, que já conta com 14.929 alvos bloqueados.

Em 15 de maio de 2025, a Anatel firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Ancine, para auxiliar na operacionalização de decisões de bloqueio



de sites e aplicativos de distribuição de conteúdo audiovisual pirata. No âmbito dessa parceria, já foram bloqueados mais de 5.826 endereços IPs e 1.072 URLs associados ao acesso ilegal a conteúdo audiovisual.

Por fim, no dia 25 de setembro de 2025, a Agência firmou, juntamente com o Ministério da Fazenda (por meio da SPA) e a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), o Acordo de Cooperação nº 4/2025, para aprimorar o combate à oferta ilegal de apostas no Brasil com a criação de laboratório cibernético que permitirá que os bloqueios sejam realizados de forma mais rápida, transparente e tecnicamente robusta.

5.6 Resultados Obtidos

Os esforços da Anatel contra a comercialização de produtos de telecomunicações não homologados já foram reconhecidos nacional e internacionalmente.

A Agência foi premiada pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) do Ministério da Justiça em 2019 e 2021, pela repressão ao comércio ilegal de equipamentos e pela proteção da segurança cibernética dos consumidores.

No ano de 2024, o Plano de Ação para Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos do SeAC foi agraciado com o Prêmio WSIS 2024 (*World Summit on the Information Society*), da União Internacional de Telecomunicações (UIT), na categoria "Ambiente Habilitador" (*Enabling Environment*), concorrendo com projetos de diversos países.

Em 17 de fevereiro de 2025, a Anatel voltou a ser premiada pelo CNCP, em virtude do impacto do Laboratório Antipirataria e das ações administrativas contra as TV Boxes ilegais.

Adicionalmente, a Anatel se tornou ponto focal para efetivar bloqueios administrativo de outros entes públicos, como aqueles determinados pela Ancine e pelo Ministério da Fazenda. A Agência também age no



cumprimento de decisões judiciais que demandam o bloqueio de sites relacionados a atividades ilegais, abrangendo redes sociais e plataformas digitais. Desde 2022, a Anatel atuou em 245 decisões do Poder Judiciário, sendo 111 apenas no ano de 2025.

Esse desempenho demonstra o fortalecimento do papel institucional da Agência, que vem assumindo novas atribuições no enfrentamento à pirataria e na proteção do ecossistema digital brasileiro. Um exemplo dessa ampliação de escopo pode ser vista no Decreto nº 12.622, de 17 de setembro de 2025, que, ao regulamentar a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (ECA Digital), atribuiu à Anatel a competência para o recebimento, a distribuição e a definição da melhor técnica para implementar as ordens de bloqueios direcionadas não só às prestadoras de serviços de telecomunicações que proveem conexão à internet, mas também aos demais agentes que viabilizam a conexão entre usuários e servidores de conteúdo na internet.

6. Desafios a serem enfrentados em 2026

O combate à pirataria continuará exigindo da Anatel ações coordenadas para intensificar a fiscalização e desenvolver soluções tecnológicas inovadoras, capazes de promover um mercado digital mais seguro, transparente e confiável para os consumidores, mesmo diante do quadro reduzido de fiscais.

A comercialização de produtos não homologados em plataformas digitais permanece como um dos principais desafios da Agência. Apesar de avanços observados nas grandes plataformas, com a inclusão de códigos de homologação em parte significativa dos anúncios, a validação cruzada com a base do Sistema de Certificação e Homologação (SCH) ainda se



mostra um processo moroso, frequentemente sujeito a questionamentos administrativos e judiciais por parte das empresas de *marketplace*.

Outro desafio importante é a integração da Anatel ao Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), que permitirá à Agência atuar preventivamente na importação de produtos piratas, além de produzir inteligência estratégica para subsidiar as operações de fiscalização no mercado interno.

Por fim, a Anatel está implementando medidas de ampliação do Plano de Ação de Combate à TV Box Pirata, com destaque para a automatização das ordens de bloqueio destinadas aos provedores de Internet e operadores de cabos submarinos. Com essa inovação, os bloqueios passarão a ser emitidos em tempo real, assim que os endereços IP e URLs forem identificados pela Agência, aumentando significativamente a efetividade e agilidade das ações de repressão.

O compromisso da Agência permanece firme: defender a integridade das redes, proteger os consumidores e assegurar o cumprimento das normas que sustentam a conectividade e o desenvolvimento digital do Brasil.

